MODELO DE PETIÇÃO

AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO CUMULADA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. TUTELA ANTECIPADA. INICIAL

Rénan Kfuri Lopes

Exmo. Sr. Juiz de Direito da ... Vara Cível da Comarca de ...

(nome, qualificação, endereço, CPF e e-mail), por meio de seus advogados *in fine* assinados, *ut* instrumento de procuração anexo (doc. n. ...), vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C/C DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAS E MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA em face de (nome, qualificação, endereço, CNPJ e e-mail), e seus sócios (nome, qualificação e CPF), (nome, qualificação e CPF), ambos com endereço, para receber citações e intimações, na ..., e seus pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

**I - PRELIMINARMENTE**

**II - DA JUSTIÇA GRATUITA**

Consoante o disposto na Lei 1.060/50, o Autor declara para os devidos fins e sob as penas da lei, ser pobre no sentido legal, não tendo como arcar com o pagamento de custas e demais despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, que já se encontra com dificuldades financeiras, conforme será amplamente demonstrado ao longo da presente exordial, pelo que requer os benefícios da justiça gratuita.

Pedido este igualmente regulado pelos artigos 98 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015. Ressalta-se ainda, que o Autor, assim como qualquer outra pessoa, possui várias e onerosas despesas diárias, tais como HABITAÇÃO, ALIMENTAÇÃO, ÁGUA, LUZ, GÁS, HIGIENE, SAÚDE, TRANSPORTE, etc., e, por conseguinte, a renda mensal não é suficiente para arcar com todas essas despesas, dada a notória elevação dos preços de produtos e serviços e, concomitantemente com as custas judiciais.

À vista disso, na análise do pedido de gratuidade judiciária deve se levar em conta a situação econômica vivenciada no País, não podendo ser ignorado momento de crise que faz aumentar parcela da população que necessita das benesses da gratuidade judiciária para alcançar a tutela jurisdicional.

Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV, garante o acesso de todos ao Poder Judiciário. Por sua vez, a concessão da gratuidade da justiça é vista de forma a não tolher esse acesso (artigo 5º, inciso LXXIV, CF).

Aliás, diante do princípio constitucional da INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL, o direito de ação não pode ser restringido de maneira alguma, sobretudo quando se apresenta legítimo fundamento para o pedido da gratuidade.

Por todo exposto, resta demonstrado que o Autor possui várias e onerosas despesas necessárias à sua subsistência, não sendo capaz de arcar com qualquer despesa processual, suplicando, assim, o acolhimento e deferimento por v. Exa. Do pedido de assistência judiciária gratuita.

**III- DOS FATOS**

O autor celebrou junto a primeira requerente; ... onerosamente Móvel com Entrega de um veículo ... da marca ...

Cumpre destacar que a primeira requerente era uma concessionária autorizada da montadora ...; bem como possuía a credibilidade e representava a montadora, seja mediante a venda de veículos novos, agenciava os financiamentos dos veículos comercializados e realizava a comercialização dos veículos ... nos moldes do presente contrato.

Salienta-se que o autor pagou 48 parcelas no valor de R$ ... cada, totalizando R$ ... (...).

Destaco que parte a Autora não possui o seu contrato, visto que nunca o recebeu, fazendo se necessário que a Primeira Ré disponibilize nos autos o contrato realizado com parte a Autora. Isso se deu em função de vendedor da empresa que realizava a intermediação, ficando com todos os documentos contratuais na referida empresa.

Após o Requerente fez diversos contatos, sem sucesso junto à primeira Ré; estando até a presente data sem retorno, o que não lhe restou outra alternativa, se não, ingressar com a presente ação, pleiteando a cumprimento do contrato de participação: GRUPO: ... a ser convertido em perdas e danos no valor de R$ ... referente as parcelas pagas conforme já descrito.

A conversão em perdas e danos se justifica; devendo parte a Autora ser ressarcida na integralidade conforme acordado no contrato.

A autora requer a juntada de alguns boletos pagos que se encontram em sua posse, e também, do comunicado referente à primeira assembleia, que ocorreu em ...

Vale a título de conhecimento, informar que em desfavor da empresa ... constam mais de 200 processos ativos.

Em síntese Excelência, são esses os fatos e, ante o exposto, não resta alternativa a parte Autora, senão a via judicial de modo que seja compelido o Réu a ressarcir os valores.

**III - DOS FUNDAMENTOS**

**III.1 DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

É inconteste a natureza da relação jurídico material que se estabelece entre as partes, qual seja, relação de consumo.

A aplicabilidade, portanto, das disposições do Código de Defesa do Consumidor para o caso concreto, é inevitável, conforme se depreende do teor dos arts. 2º e 3º do referido diploma legal:

*Art. 2° Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.*

*Art. 3° Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.*

*§ 1° Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial*.

Assim, imperiosa a aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e a inversão do ônus probatório por ser parte hipossuficiente da relação consumerista, nos termos do artigo 6, VIII do CDC, sem prejuízo das demais disposições atinentes a facilitação da defesa do consumidor em juízo.

Com relação ao direito de informação sobre o andamento dos contratos “...” tem-se a jurisprudência a seguir:

“*APELAÇÕES CÍVEIS AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS APURAÇÃO DE CRÉDITO EXISTENTE APÓS EXCLUSÃO DE GRUPO DE CONSÓRCIO PRELIMINAR DE CARÊNCIA DA AÇÃO REJEITADA DECADÊNCIA DO CDC NÃO APLICÁVEL DEVER DE PRESTAR CONTAS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS MAJORADOS RECURSO DA ADMINISTRADORA DO CONSÓRCIO DESPROVIDO RECURSO DA ADVOGADA DOS CONSORCIADOS PROVIDO. O prazo decadencial previsto pelo Código de Defesa do Consumidor não incide sobre a ação de prestação de contas ajuizada pelo consorciado com o objetivo de esclarecer encargos, taxas cobradas, destino dos recebimentos, pagamentos e valores porventura devolvidos àqueles excluídos. É dever da administradora do grupo de consórcio prestar contas aos participantes e excluídos de cotas e grupos já excluídos. Com base no § 8.º do artigo 85 do CPC, é possível apreciar equitativamente a verba honorária sucumbencial de forma a remunerar o causídico, sem provocar qualquer ofensa à dignidade profissional. Sentença reformada*.” (TJ-MS - AC: 08061332720148120001 MS 0806133-27.2014.8.12.0001, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, 1ª Câmara Cível, DJ 07/03/2018)

**III.2 - DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

Dispõe o art. 50 do Código Civil que:

“*Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso*”.

Neste sentido, conforme já mencionado desde o ano de ... a parte Autora veio pagando ininterruptamente as parcelas do contrato, tendo sua expectativa frustrada; e como se confirma mediante a consulta do CNPJ da Primeira está agiu e ato de eivada má fé contra diversos clientes; fazendo-se necessário a desconsideração da personalidade jurídica, a fim de que os sócios ..., CPF n.º ..., e ..., CPF nº ..., ambos com endereço, para receber citações e intimações, na ..., nº ..., ..., .../..., CEP ..., venham responder pelas obrigações da pessoa jurídica, considerando o abuso de poder, vez que as condutas praticadas são passíveis de configuração de crime.

O encerramento irregular das atividades da empresa fica evidenciado através do comprovante de inscrição e situação cadastral anexo, em que demonstra que a fato inverídico.

O IMÓVEL ONDE FUNCIONAVA A EMPRESA ESTÁ SENDO VENDIDO, SENDO NECESSÁRIO QUE SE COLOQUE UM IMPEDIMENTO A FIM DE NÃO FRUSTAR A PRETENSÃO DO AUTOR, JUNTO AO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ...

Portanto, a desconsideração da personalidade jurídica é importante instituto que visa coibir a utilização da pessoa jurídica para causar prejuízos a terceiros, garantindo aos credores mecanismos de recuperação dos seus créditos.

Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme segue:

“*4ª Turma do STJ - REsp 1.729.554. O instituto da desconsideração da personalidade jurídica se apresenta como importante mecanismo de recuperação de crédito, combate à fraude e, por consequência, fortalecimento da segurança do mercado, em razão do acréscimo de garantias aos credores, atuando, processualmente, sobre o polo passivo da relação, modificando ou ampliando a responsabilidade patrimonial*.”

“*3ª Turma do STJ - REsp 1.141.447 – A jurisprudência dessa corte chancela o caráter objetivo-subjetivo dos requisitos da desconsideração, exigindo a presença de duas facetas: a inexistência de ativo patrimonial do devedor, apto a arcar com as consequências do débito, e a utilização maliciosa da pessoa jurídica desfalcada de ativo patrimonial por parte do sócio detentor dos haveres negados à pessoa jurídica deles exausta*.”

Diante do exposto, requer a V. Exma. o deferimento do pedido de desconsideração da personalidade jurídica, para que sejam chamados à lide os sócios da empresa ..., CPF n.º ... e ..., CPF nº ..., ambos com endereço, para receber citações e intimações, na ... ; ora Primeira Ré; considerando o dano sofrido pela requerente em razão dá má administração e má-fé dos constituintes da requerida.

**III-3. DA RESCISÃO CONTRATURAL**

Cumpre-se ressaltar em um primeiro momento, que todo e qualquer negócio jurídico deverá ser norteado pelo princípio da boa-fé, bem como, interpretados através do mesmo, conforme expresso *in verbis* no atual Código Civil:

*Art. 113 – Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração*.

Assim como, de maneira análoga e excepcionalmente importante como princípio basilar dos contratos, a boa fé contratual também prevista em lei no código civil sob a égide do art. 422:

“*Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé*.”

Quando versamos sobre contratos, versamos principalmente sobre obrigações adquiridas entre partes capazes objetivando uma finalidade através da autonomia de contratar, conforme expõe no código civil *in verbis*:

“*Art. 427. A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso*.”

Conforme essa situação fática supracitada, já se demonstra o tudo quanto necessário para avocar à resolução contratual, pois como expresso no código civil:

“*Art. 475. A parte lesada pelo inadimplente pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos*.”

Diante do exposto, com base na boa-fé e no princípio da obrigatoriedade, resta indispensável a rescisão contratual do contrato firmado com a Requerida, tendo em vista que a partir do momento que essa última deixou de fornecer informações sobre o andamento do consórcio, se omitiu em fornecer a cópia do contrato bem como qualquer informação sobre o mesmo, e, por fim, não apresenta no momento nenhum preposto responsável pelo contrato, A Requerida deixou de adimplir com sua obrigação de fornecer informações sobre o andamento dos consócios, NÃO HAVENDO POSSIBILIDADE DO REQUERENTE EM FISCALIZAR SE AS PROPOSTAS CONTRATUAIS ASSUMIDAS PELA REQUERIDA ESTAVAM SENDO CUMPRIDAS, gerando grande insegurança jurídica e financeira ao Requerente, incorrendo a Requerida em descumprimento contratual.

**III.4 - DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Trata-se de matéria que envolve ação de rescisão contratual devida ao descumprimento dos deveres anexos de boa-fé objetiva, cooperação e prestação de informações inerentes ao cumprimento do contrato, indispensável o acesso aos contratos objeto da presente ação, bem como aos extratos dos grupos consorciados, bem como relação de participantes contemplados e comprovação dos devidos pagamentos dos “*prêmios*”.

Todavia, trata-se de prova de difícil obtenção, pois somente a Requerida as detém, sendo certo que por diversas vezes o Requerente solicitou a Requerida, inviabilizando o amplo acesso ao judiciário por parte do Requerente.

A inversão do ônus da prova é consubstanciada na impossibilidade ou grande dificuldade na obtenção de prova indispensável para a ampla defesa, sendo amparada pelo princípio da distribuição dinâmica do ônus da prova implementada pelo Código de Processo Civil:

*I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;*

*II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

*§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.”*

No presente caso a HIPOSSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA fica caracterizada diante da insistente negativa da Requerente em prestar os documentos e informações sobre o andamento do contrato “...”.

Nesse sentido, a jurisprudência orienta a inversão do ônus da prova para viabilizar o acesso à justiça:

“*AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA VULNERABILIDADE E HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA INVERSÃO - POSSIBILIDADE RECURSO IMPROVIDO. 1 – O Superior Tribunal de Justiça tem mitigado os rigores da teoria finalista nas hipóteses em que a parte, embora não se enquadre no conceito de destinatário final, se apresenta em situação de vulnerabilidade, legitimando sua proteção. 2 É possível a inversão do ônus da prova para facilitar a defesa dos agravados em Juízo, vez que, conforme narrado na petição inicial, as requeridas é que possuem a documentação relativa aos reparos realizados no caminhão acidentado, capazes de demonstrar se não era caso de perda total, bem como a possível existência de nexo causal entre os serviços realizados e os defeitos posteriores, sendo evidente a sua vulnerabilidade e hipossuficiência técnica relativamente à instrução probatória. 3 - Não se pode ignorar que, em certos casos, a produção de provas vai além da capacidade da parte, devendo ser aplicada a teoria da distribuição dinâmica das provas, em interpretação sistemática do Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, VIII) e da Constituição Federal, segundo a qual esse ônus recai sobre quem tiver melhores condições de produzir a prova, conforme as circunstâncias fáticas de cada caso, tudo nos termos de consolidado entendimento do Superior Tribunal de Justiça. 4 - Recurso conhecido e desprovido*.” (TJES - AI: 00125779120188080030, Relator: MANOEL ALVES RABELO, Data de Julgamento: 06/05/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de

Assim, diante da inequívoca e presumida hipossuficiência, uma vez que disputa a lide com uma empresa de grande porte, indisponível concessão do direito à inversão do ônus da prova, com a determinação a Requerente que apresente:

- cópia do contrato título E/2016, objeto da presente ação;

-extratos dos grupos consorciados, atualizados;

-bem como relação de participantes contemplados e comprovação dos devidos

**IV- DOS DANOS MATERIAIS**

Diante do exposto, preconiza sobre a dívida os juros e atualização monetária, conforme artigo 389 e seguinte do Código Civil, *in verbis*:

*Artigo 389: Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado*.

Desta feita, o montante pago aos requeridos é de R$ ...

Ato contínuo comete ato Ilícito e se enriquece sem causa às custas da Autora, fato que é expressamente vedado por força do artigo 884 do Diploma Legal supracitado.

*Art. 884: Aquele que, sem justa causa, se enriquecer a custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários*.

Outrossim preleciona o artigo186 do Código Civil que:

*Art. 186: Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito*.

Latente que a ação voluntária do Requerido violou direito e causou danos à Autora, o que por força do artigo 927 do mesmo dispositivo legal lhe acarreta o dever de indenizar a Autora. Vejamos:

*Art. 927: Aquele que, por ato ilícito causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo*.

Assim, a fim de evitar o enriquecimento ilícito do Réu e reparar os danos que seu ato acarretou à Autora, requer que este austero Magistrado o condene a efetuar o ressarcimento dos valores que são devidos à parte Autora para que seja cristalizada a justiça.

**V- DOS DANOS MORAIS**

Conforme elucida a carta magna brasileira é inerente a todo ser humano o direito a dignidade - o chamado princípio da dignidade da pessoa humana - o qual diz que todo cidadão deve ser respeitado em sua existência, em sua essência.

O instituto da dignidade compreende, basicamente, quatro direitos: direito à liberdade, direito à igualdade, direito a solidariedade e direito a integridade psíquica e física.

Encontram-se abarcados na seara da dignidade humana, e resguardados pela Constituição Federal de 1988 o instituto dos direitos da personalidade do indivíduo, fundamento inviolável perante a lei maior, entretanto, uma vez violado gera ao lesionado o direito de reparação pelos danos morais sofridos.

Neste sentido, tomando como base as premissas aqui expostas e analisando o caso concreto veremos a seguir que a requerente faz jus ao direito de ter ressarcido a título de danos morais os danos sofridos na relação jurídica estabelecida entre ele e os requeridos.

Pois bem, como podemos observar nos fatos aqui narrados a presente demanda teve como fato gerador uma conduta criminosa cometida pelos requeridos em desfavor do requerente.

Vejamos que a parte Autora de forma inocente realizou contrato com as rés, tendo como certa a promessa de que no decorrer do período contratual iria receber o referido bem.

Contudo, não foi realizada a entrega do bem e muito menos o valor acordado; fato este que levou a requerente a enorme frustação dada os constantes contatos com a Primeira Ré sem nenhum sucesso.

Ocorre que, após inúmeras tentativas, buscando o ressarcimento da quantia devida a requerente não obteve êxito, visto que, as rés se negaram a todo momento a ressarcir a autora, tomando para si a posse ilegal e injusta dos valores pertencentes de direito ao requerente.

Desse modo, ao tomarmos como base todo exposto até o momento podemos observar que os atos praticados pelos requeridos contra a requerente, configuram se como crime de ESTELIONATO, uma vez que os requeridos obtiveram para si vantagem ilícita, induzindo o requerente ao erro durante todo os meses de vigência do contrato, tendo em vista que no momento da concretização do contrato afirmaram a autora que a mesma, dentro do período contratual viria a ser contemplado nos termos expostos, entretanto o mesmo não ocorreu e os requeridos não devolveram a quantia investida pela parte autora.

Neste sentido, importante ressaltarmos que segundo o artigo 944 do código civil a indenização se mede pela extensão dos danos causados.

Estes, sem sombra de dúvidas são imensuráveis, o sentido de humilhação, revolta, impotência da parte Autora diante toda essa situação em que foi enganada, injustiçada e lesada pelos requeridos.

Dessa forma, diante de todo exposto aqui requer a autora que as Rés sejam condenadas em danos morais em valor condizente com os danos sofridos no importe de R$ ...; a fim de inibir a conduta de novos danos à terceiros; sem prejuízo de seu dano material.

**VI- DA TUTELA DE URGÊNCIA**

Conforme todo o exposto, presente está o fundado receio de dano irreparável, uma vez que o acolhimento da demanda sem a antecipação de tutela poderá importar no reconhecimento de um direito ao titular que não mais esteja em condições de exercê-lo, em razão do avançar do tempo, sendo imprescindível a devolução imediata dos valores pagos pela parte requerente.

Verificada a presença dos requisitos para a satisfação antecipada do direito pleiteado pela parte Autora, demonstrado o dano real, torna-se imperativo o deferimento da antecipação de tutela para que este Juízo determine o impedimento dos bens das empresas e dos sócios, devendo determinar também o arresto de bens em nome da empresa e seus sócios; fazendo necessários pelo juízo as buscas eletrônicas SISBAJUD, RENAJUD e cartórios de imóveis.

A medida antecipatória, representa providências de natureza emergencial, executiva e sumária, adotadas em caráter provisório, desde que haja elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Elementos estes devidamente demonstrados ao longo da narrativa, bem como encontram-se presentes provas documentais robustas que coadunam com a argumentação apresentada.

Conforme aludem os Artigos 294 c/c 301 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

*Art. 294 – A tutela provisória pode se fundamentar em urgência ou evidência.*

*Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.*

*Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito*.

A verossimilhança das alegações resta clara, demonstrando a manifesta má-fé dos Requeridos, bem como a indicação de crime.

Requer ainda que seja realizado bloqueio de contas bancárias, veículos e imóveis com a finalidade de bloquear e depositar em juízo o respectivo valor correspondente ao valor do crédito no importe de R$ ..., em caráter imediato tendo em vista a grande probabilidade de danos ainda maiores.

Requer a análise e procedência do pedido de tutela.

**VII- PEDIDOS**

***Ex positis***, requer se digne em determinar:

a) procedência da pretensão ora deduzida, com a consequente condenação da Ré, no pagamento do valor de R$ ..., conforme memória de cálculo em anexo (doc. n. ...);

b) a citação dos Requeridos, para que, querendo, possa contestar dentro do prazo legal sob pena de sujeitar-se aos efeitos da revelia, nos moldes do art. 344 do CPC, sob pena de confissão quanto a matéria de fato;

c) procedência da pretensão ora deduzida, com a consequente condenação da Ré, no pagamento do valor de R$ ..., a título de dano moral;

d) proceder o impedimento judicial junto ao cartório de imóveis da comarca de ...;

e) o deferimento dos benefícios da justiça gratuita por ser pobre na acepção jurídica da palavra, não podendo arcar com as despesas processuais sem privar-se do seu próprio sustento e de sua família;

f) a produção de todos os meios em direito admitidos, que ficam desde já requeridos, em especial depoimento pessoal e testemunhal.

Valor da causa: R$ ... (...)

Pede Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)